Segunda Parte - As vilas e seus territórios:
dependências, rivalidades e hierarquias
**Capítulo 5 - Conflitos territoriais e a gênese
dos limites municipais**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Conflitos territoriais e a gênese dos limites municipais.
In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*
[online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp.
270-298. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0010>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONFLITOS TERRITORIAIS E A GÊNESE DOS LIMITES MUNICIPAIS

FORMAÇÃO E EXPANSÃO DOS TERRITÓRIOS DE JURISDIÇÃO

Os limites das circunscrições de Minas Gerais não foram fixados no momento de sua criação, salvo raras exceções. Como vimos, em 1714, as fronteiras das três primeiras comarcas foram determinadas de modo relativamente preciso apenas em sua zona de interseção, que correspondia à parte mais conhecida e densamente povoada do território mineiro; os outros limites foram definidos à medida que os sertões que envolviam os primeiros núcleos de povoamento foram sendo explorados e ocupados. O mesmo ocorreu com os limites da maioria dos concelhos: estes eram, inicialmente, circunscrições “abertas”, que poderíamos comparar a células geradas a partir de um núcleo (a sede), e cujo conteúdo e invólucro se constituíam progressivamente.

A “FLUIDEZ PERIFÉRICA” E A DESCONTINUIDADE DOS LIMITES

O exemplo da Vila de São João del-Rei ilustra bem este fato. Quando de sua criação (1713), os limites deste termo coincidiam, teoricamente, com os da comarca do Rio das Mortes¹ e, na parte sul, com os da capitania de Minas Gerais. Mas apenas teoricamente, pois nenhuma destas unidades territoriais encontrava-se, então, rigorosamente delimitada.

Em 1714, a comissão encarregada de definir as fronteiras das comarcas escolhia a serra da Mantiqueira como limite entre as circunscrições de Minas e de São Paulo. Porém, não lhes pareceu

necessário plantar marcos físicos no local, uma vez que a região da Mantiqueira era, então, praticamente deserta. É o que se depreende da passagem seguinte, extraída de uma carta enviada ao rei em 1731 pelo governador Dom Lourenço de Almeida:

O limite da Comarca do Rio das Mortes e o limite do termo de São João del-Rei até o presente não estão demarcados com o termo da Vila de Guaratinguetá, e as justiças de uma e outra vila vão fazer suas diligências até onde podem chegar, porque estes quinze dias de viagem (...) que medeiam entre uma e outra vila, são tudo terras despovoadas, e apenas há algumas vendas em toda a sua distância (...).²

De fato, enquanto existissem “terras despovoadas” nos confins das circunscrições, não seria preciso estabelecer uma delimitação precisa entre estas últimas: os sertões funcionavam como fronteiras espessas, situando-se nos interstícios dos espaços povoados e controlados pelas autoridades das comarcas e das vilas. A necessidade de se realizar demarcações precisas dos territórios só se fazia sentir quando surgiam conflitos de jurisdição, resultantes da progressiva ocupação dos sertões residuais.

Nosso interesse está aqui focalizado na formação das circunscrições civis. Porém, é importante assinalar que tais zonas “despovoadas” também serviam de limites para as freguesias. Tão logo estes sertões eram ocupados pelos colonos, ainda que de modo esparso, a linha “imaginária” que separava as paróquias tornava-se excessivamente imprecisa para evitar as dúvidas e as contestações quanto à posse de determinados arraiais e de zonas rurais.

A este respeito, podemos citar um litígio entre os vigários das freguesias de Guarapiranga e de São Manuel, nos sertões do Rio Pomba (vale do Rio Doce). Já vimos como esta última paróquia foi instituída em 1767, para a catequese dos índios Coroados. Doze anos mais tarde, começavam os conflitos com Guarapiranga: os paroquianos de ambos os lados haviam avançado pelos sertões que separavam as duas igrejas, e não era mais possível visualizar uma linha ou uma superfície contínua de separação entre as circunscrições – tratava-se, mais uma vez, de uma fronteira irregular, em “zigue-zague”. O padre Manuel,

do Rio Pomba, queixou-se à rainha Dona Maria I, afirmando ter sido lesado pelo vigário da paróquia vizinha: este último teria se apropriado de quase todos os seus fregueses brancos, que eram os únicos que lhe pagavam conhecenças – pois todos os outros eram “gentilidade e índios” com os quais se ocupava no trabalho da catequese, e deles “não percebia emolumento de qualidade alguma, antes com eles fazia avultadas despesas (...)”.³

Note-se que, contrariamente ao que se poderia imaginar, este caráter indefinido dos limites das circunscrições não é uma exclusividade das zonas pioneiras e dos grandes espaços “virgens” ou fracamente ocupados das terras americanas. O mesmo fenômeno ocorria em territórios menores, e cujo povoamento era bem mais antigo. Segundo Antônio Manuel Hespanha, as circunscrições de Portugal no século XVII possuíam esta mesma fluidez e descontinuidade: as unidades político-espaciais não preenchiam todo o espaço físico do Reino, e seus limites tampouco estavam determinados de forma precisa, “nomeadamente nas zonas menos densamente ocupadas”.⁴ Nos confins dos territórios, “não se encontravam linhas de fronteira (limes), mas a extensão vazia, política e juridicamente sem significação”. Em princípio, estes “espaços abertos” da periferia não pertenciam ao território, “mas também não estavam fora dele, constituindo, de alguma forma, zonas de expansão política legítima dum espaço político”.⁵ As circunscrições portuguesas do Antigo Regime caracterizam-se, pois, por uma “fluidez periférica”, por um “progressivo desaparecimento das marcas políticas do espaço à medida que se deixa a sua zona central de assentamento tradicional da comunidade e que se entra nas zonas com as quais as relações culturais são fracas”.⁶

Segundo o mesmo autor, a causa desta situação de imprecisão das fronteiras está na “miniaturização do espaço político”, que decorre da possibilidade física das autoridades em controlar toda a sua área de jurisdição. De fato, a configuração das unidades político-administrativas do Antigo Regime é o resultado da estrutura de legitimação do poder das sociedades tradicionais, que pressupunha um contato direto entre os habitantes e os agentes de poder – exigindo, conseqüentemente, condições de proximidade. A percepção das distâncias variava conforme as técnicas de transporte e da acessibilidade dos centros administrativos, mas, de maneira geral, em Portugal, como em outros reinos europeus, uma circunscrição era considerada excessivamente grande quando

seu raio ultrapassava quatro ou cinco léguas (distância que podia ser percorrida pela autoridade em um dia).

Contudo, esse número traduzia uma situação ideal, não muito frequente no Reino, e ainda menos na colônia. Como vimos, em Minas Gerais as circunscrições judiciárias (comarcas, concelhos e julgados) eram pouco numerosas e muito extensas – frequentemente medindo dezenas ou mesmo uma centena de léguas em seu lado mais longo –, e os juízes não tinham possibilidade de assistir os habitantes que viviam nas partes periféricas de seus territórios de jurisdição.

Além do caráter indefinido e da “fluidez” de suas zonas periféricas, as circunscrições de Portugal continental e as da colônia possuíam em comum outra característica: uma vez definidos, os limites o mais das vezes se entremeavam. Em Minas Gerais, as circunscrições civis e eclesiásticas eram instituídas de forma paralela e independente, e seus limites não evoluíam no mesmo ritmo. Portanto, era muito frequente que as divisões dos concelhos e comarcas cortassem ao meio o território de uma paróquia – que, por conseguinte, via-se separada em duas partes, que dependiam de sedes distintas do ponto de vista da administração civil. Dentre os numerosos exemplos que poderiam ser lembrados, citemos o da freguesia de Congonhas do Campo, que era partilhada entre as autoridades da cidade de Mariana e da Vila de São José – e, conseqüentemente, entre os ouvidores das comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes. Como observou o viajante Auguste de Saint-Hilaire, o rio que servia de limite entre estas circunscrições passava no meio do arraial onde se encontrava a igreja matriz.⁷ Como veremos mais adiante, os limites entre estes dois concelhos e entre as duas comarcas foram objeto de numerosas negociações.

A CARTOGRAFIA TARDIA DOS LIMITES

Desde o início do século XVIII, o rei de Portugal manifestara seu desejo de conhecer o estado de povoamento e a divisão política do interior da colônia, a fim de melhor administrar o território e estabelecer convenientemente “os limites certos entre os domínios dessa Coroa com a de Castela”. Em 1720, o Conselho Ultramarino insistia na importância da confecção de cartas geográficas, pois estas poderiam “tirar as confusões” acerca

dos limites dos governos e dos bispados dos dois Estados que compunham a América portuguesa: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil.⁸

Em 1728, a missão de “arrumar as terras, os rios e os montes pelos graus” – ou seja, representar o território de forma científica, calculando as coordenadas geográficas – é confiada a Domingos Capassi e a Diogo Soares, padres jesuítas versados nas matemáticas, na cosmografia e na astronomia. As instruções do rei aos dois sábios demonstram o valor estratégico que já era atribuído à zona mineradora localizada no vale do Rio Doce:

Dareis princípio a esta obra pelo Rio de Janeiro, caminhando para a parte que vos parecer mais útil para o meu serviço, porque convém muito que se façam mapas o mais que for possível nos vastos sertões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas que novamente se descobriram para as partes da Capitania do Espírito Santo (...). Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitude e longitude geográfica assim na marinha como no sertão, assinalando as cidades, vilas, lugares e povoações dos Portugueses e dos Índios, e as catas do ouro em sua verdadeira latitude e longitude geográfica, praticando o mesmo nos portos, rios, enseadas (...).

Deveis apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si, com bispados ou comarcas das ouvidorias gerais, tomando para isso notícia da gente prática da terra; porque se até agora não tem havido divisa regular principalmente pelos sertões, ficando esta matéria toda no arbítrio das gentes que foram povoando, porém sempre deveis apontar por linhas as divisas que ora se praticam, como também as que vos parecerem que são mais cômodas e têm mais certa divisão pelos rios, montes e serranias, assinalando os limites que estão em prática com linhas de uma cor, e os que vos parecerem melhores com linhas de outra. Também apontareis nos mapas os caminhos e estradas que há pelos sertões, apontando com uma cor as que se praticam, e com outra as que vos parecerem mais cômodas e breves; e a distância em que estão as cidades e vilas umas das outras.⁹

Percebe-se que as ambições metropolitanas eram imensas: não se tratava apenas de um levantamento topográfico e cartográfico dos elementos naturais e dos artefatos humanos (estradas, portos, povoações) da América portuguesa – o que já seria muito, levando-se em conta a extensão territorial a ser percorrida –, mas esperava-se também que os padres contribuíssem a um projeto

de (re)ordenação do território, indicando os limites ideais das circunscrições civis e eclesiásticas, assim como os traçados de estradas a serem abertas.

Os dois cartógrafos morreram bem antes de terminar essa tarefa colossal: os mapas da região das minas que lhes são atribuídos ficaram inacabados em sua maioria.¹⁰ Não obstante, o exame destes documentos revela que os “padres matemáticos” foram capazes de fornecer uma boa parte das informações solicitadas pelo rei. Além das necessárias indicações dos graus de latitude e longitude (esta última, calculada a partir do Rio de Janeiro), os mapas contêm dados referentes à hidrografia, ao relevo, aos caminhos existentes, bem como à posição e à distância relativa das povoações (vilas e arraiais).

Por outro lado, os limites das circunscrições administrativas (civis e eclesiásticas) não foram assinalados, provavelmente porque eles ainda não estavam definidos de maneira precisa. Se a divisão das comarcas é, por vezes, sugerida pelo recorte e pelo enquadramento dos mapas, estes nada informam acerca dos limites das freguesias e dos concelhos.¹¹ Apenas na segunda metade do século XVIII é que surgem as primeiras representações individualizadas dos territórios das comarcas, vilas e freguesias de Minas Gerais, suscitadas por conflitos de jurisdição – entre ouvidores, câmaras, mas também entre vigários.¹²

Durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1764-1768), o oficial militar José Joaquim da Rocha foi encarregado da realização de levantamentos topográficos e cartográficos de todo o território de Minas Gerais.¹³ Todavia, em 1779, estes documentos ainda não haviam sido enviados a Lisboa, e o ex-governador (então conselheiro da rainha Dona Maria I) reafirmava a necessidade de mapas para a resolução de inúmeras disputas territoriais no interior da capitania:

Esta matéria depende de completa informação acompanhada de carta geográfica, porque se conheça com certeza a situação de cada uma das vilas capitais dos termos de que se compõe esta Capitania, extensão deles; povoações e arraiais nos mesmos estabelecidos, distâncias a que ficam das [vilas] a que são forâneos, e daquelas a que não tocam, e que ficam mais próximas, e extensão que compreende cada uma das comarcas, para que por este meio se vir na inteligência da igualdade e proporção pelas quais se devem regular, de sorte que [aos

moradores] lhes fiquem menos distante o recurso, e mais fácil a administração da justiça.¹⁴

A rainha procurou seguir os conselhos de Luís Diogo, ordenando ao então governador de Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha, que remetesse ao Conselho Ultramarino uma “carta geográfica geral de toda esta Capitania, em que claramente se vejam as divisões de todas as suas comarcas, câmaras, e termos das suas vilas”.¹⁵

Contudo, em 1780, foi ao sucessor de Noronha, Dom Rodrigo José de Menezes, que o cartógrafo Rocha pôde entregar o fruto de seu trabalho.¹⁶ Além da carta geral da capitania (da qual se conhecem diversas versões), Rocha realizou, em 1778, quatro documentos representando cada uma das comarcas.¹⁷ Tudo leva a crer que estas cartas, bem como as observações escritas pelo militar, circularam bastante na capitania e que, em alguns casos, foram utilizadas durante os conflitos resultantes da expansão de territórios municipais ou de projetos de emancipação de arraiais.¹⁸

Note-se, no entanto, que tais documentos não contêm indicações sobre os limites municipais: até o século XIX, eles não aparecem representados nos mapas gerais da capitania. Como veremos adiante, os documentos consultados indicam que as primeiras representações dos termos foram feitas de forma individualizada, por iniciativa de câmaras que procuravam defender seus territórios da ambição das vilas vizinhas, ou proteger-se das pretensões separatistas de alguns arraiais que compunham os territórios municipais. Devido à falta de engenheiros e cartógrafos profissionais, raríssimos na capitania, estes mapas municipais (em sua maioria anônimos) foram, certamente, desenhados por diletantes mais ou menos ilustrados (magistrados ou militares sem uma verdadeira formação em cartografia) e revelaram-se, dependendo das situações, mais ou menos eficazes e convincentes.

A EXPANSÃO DOS TERMOS E OS CONFLITOS TERRITORIAIS

Vimos, no segundo capítulo, que o processo de dispersão da população do centro em direção às periferias de Minas Gerais iniciou-se nos anos de 1730, intensificando-se na segunda metade

do século. Ora, apesar das grandes distâncias que os separavam dos antigos centros de poder da capitania (as primeiras freguesias e vilas), os novos estabelecimentos mineradores e agrícolas foram rapidamente integrados às circunscrições eclesiásticas e civis existentes. E isto por uma razão bastante evidente: a anexação destas frentes pioneiras permitia aumentar o poder político e econômico das autoridades locais.

No que concerne às paróquias, tais incorporações provocavam o acréscimo do número de fiéis e, conseqüentemente, o aumento dos rendimentos dos vigários. As câmaras também tinham a ganhar com a expansão de seus territórios de jurisdição, uma vez que isto significava um aumento das receitas municipais, bem como do número de processos judiciais e de testamentos, dos quais muitos oficiais e tabeliães tiravam sua subsistência.¹⁹ Lembremos ainda que, em 1750, as câmaras se tornaram responsáveis pelo pagamento anual de cem arrobas de ouro à Coroa, devendo proceder, no interior dos respectivos termos, à cobrança das cotas que cabiam a cada uma delas. Portanto, é evidente que, para facilitar sua tarefa, elas tinham interesse em aumentar o número de contribuintes (diminuindo assim o valor da contribuição *per capita*), o que poderia ser feito pela anexação de novos estabelecimentos aos seus territórios de jurisdição.²⁰ Percebe-se, assim, que as condições fiscais particulares a Minas Gerais não influenciaram apenas a constituição das fronteiras externas da capitania, mas também a formação dos seus limites internos.

Estas anexações nem sempre ocorreram de forma pacífica, pois um mesmo arraial podia ser reivindicado por mais de uma câmara. De fato, na segunda metade do século XVIII, diversos conflitos de jurisdição mobilizaram as vilas mineiras, especialmente entre 1750 e 1780. A maior parte desses litígios diz respeito a arraiais situados em duas zonas principais: a oeste, a zona de Piuí, Bambuí e Tamanduá; a leste, as zonas de Rio Pomba, Chopotó e Cuieté, como vemos na reconstituição cartográfica da malha administrativa do período, que indica as áreas de conflito (Figura 5.1).

A câmara de São José mostrou-se particularmente ativa neste processo de expansão territorial dos concelhos, tendo se envolvido em conflitos de ambas as zonas. O mapa das áreas de litígio mostra que o termo desta vila era bastante alongado no

sentido leste-oeste, de forma que seus limites interceptavam em diferentes pontos os limites de outros concelhos (Mariana, Vila Rica, São João del-Rei e Pitangui) e de três comarcas (Rio das Mortes, Ouro Preto e Rio das Velhas).

Nota-se que as vilas criadas no período entre 1789 e 1791 – São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena – situam-se nas principais áreas de litígio da capitania. Com efeito, além da Vila de Tamanduá, o termo de São Bento compreendia, então, o arraial de Bambuí e as terras de Serra Negra e Itapeverica – frentes pioneiras que foram disputadas por Pitangui e por São José.²¹ O termo da Vila de Queluz, instituída em 1790 no arraial de Carijós – ele próprio objeto de disputa –, incluía os arraiais de Catas Altas da Noruega, Ouro Branco, Itaverava, São Gonçalo e Congonhas. Como veremos adiante, estas aglomerações foram reivindicadas, em épocas distintas, por Vila Rica, Mariana e São José. Enfim, a Vila de Barbacena, criada em 1791, abrangia em seu território as zonas de povoamento em torno da serra do Mello e dos vales dos rios Chopotó, Turvo, Pomba e Peixe, que também foram reivindicadas por São José e Mariana.

Assim, além das razões ligadas ao contexto geral de Minas Gerais e às reformas que tiveram lugar no Reino no final do século – discutidas no capítulo anterior –, é evidente que a explicação para a criação destas três vilas possui também uma componente local. Esta última está diretamente ligada a questões políticas e econômicas que mobilizaram as câmaras e os ouvidores da capitania e que são identificáveis a partir dos litígios territoriais.

Estes conflitos devem merecer nossa atenção ainda por outros motivos. Por um lado, os vestígios documentais que eles deixaram permitem identificar os rituais de tomada de posse dos novos núcleos de povoamento, bem como o processo de expansão territorial dos concelhos e seus principais agentes. Por outro, os argumentos apresentados pelos diversos protagonistas, a fim de justificar seus direitos sobre determinadas áreas, ilustram as contradições existentes entre diferentes concepções de domínio territorial. A primeira concepção advém da ideia, tradicional, de uma legitimidade garantida pela antiguidade da posse; a segunda relaciona-se com as teorias mais modernas, que preconizavam a facilidade de acesso aos tribunais, à racionalização e à uniformização das circunscrições judiciárias, assim como as vantagens da justiça letrada.

MODALIDADES, ESTRATÉGIAS E RITUAIS DAS ANEXAÇÕES

Os procedimentos seguidos pelas autoridades civis e eclesiásticas de Minas Gerais em sua política de expansão territorial baseavam-se na ideia de que a anterioridade e a antiguidade bastavam para justificar e legitimar a posse de um território. Assim, o fato de que os “descobridores” ou os primeiros habitantes de uma região fossem originários de uma dada freguesia e de um dado concelho, foi um argumento constantemente utilizado para defender a pretensão de uma vila ou sede de paróquia, de incluir o novo arraial ou frente pioneira nestas circunscrições.

Como já referimos, os juízes municipais não tinham a possibilidade física de assistir os habitantes que iam colonizar os sertões afastados das vilas, e que se instalavam, portanto, nas partes periféricas dos “dilatados” termos. As câmaras precisavam, assim, recorrer a capitães-mores, juízes de vintena, tabeliães e outros oficiais subalternos para que pudessem controlar judicialmente e policiar estas regiões mais remotas.

Contudo, notemos que, por vezes, a nomeação destes oficiais não era uma consequência do deslocamento das frentes pioneiras e da ampliação da área colonizada, mas um instrumento do qual se serviam certas câmaras para expandir seus territórios de jurisdição. Tudo indica que a câmara de Mariana foi a que melhor soube utilizar estas nomeações para aumentar seu termo. Na década de 1740, a fim de se apossarem dos descobertos e conquistas situados a leste e sudeste da cidade episcopal, os camaristas forneceram uma procuração e o título de capitão-mor a um bandeirante, Luiz Borges Pinto, para que ele explorasse os sertões do vale do Rio Doce e criasse novos estabelecimentos em nome da câmara. Desta forma, os oficiais não precisariam se apossar destes lugares *a posteriori*, como faziam outras câmaras: os arraiais erguidos pelo “descobridor e povoador” pertenciam à jurisdição de Mariana desde a sua criação.

Após realizar os rituais de fundação – que incluíam certamente a colocação de cruzeiros, marcos de pedra ou madeira com o nome da câmara de Mariana –, Luiz Borges Pinto fazia com que o povoamento destes arraiais fosse feito por pessoas originárias de localidades pertencentes ao termo de Mariana, o que tornava

a posse ainda mais legítima. Foi assim que o bandeirante conseguiu ampliar o território marianense até os sertões longínquos de Casa da Casca e Cuieté, “conquistados ao gentio”²² e povoados principalmente por fregueses da paróquia de Guarapiranga, pertencente ao termo de Mariana.²³ Desde sua fundação, a câmara de Mariana impôs a estes estabelecimentos sua autoridade civil, “administrando justiças em todos os pleitos e passando todas as licenças, assim de vendas como de lojas e ofícios”.²⁴ Nota-se, assim, que o controle e a tributação do comércio exerciam-se precocemente nestes jovens arraiais e eram também um mecanismo de legitimação de posse territorial.²⁵

Porém, a câmara de Mariana não foi a única a perceber o potencial econômico dos sertões orientais da capitania. Como vimos, entre os anos de 1760 e 1780, esta região era o foco das preocupações dos governadores de Minas Gerais, e diversas outras vilas contribuíram para sua colonização, fornecendo “homens, armas e mantimentos a fim de adiantar aquela Conquista, e domar nelas os bárbaros índios seus habitantes”.²⁶

Vila Nova da Rainha do Caeté faz parte das localidades que participaram ativamente da ocupação destes sertões. Contudo, ela não conseguiu anexar ao seu termo as conquistas de Cuieté, pois a câmara de Mariana tomara a iniciativa de abrir uma picada ligando a cidade episcopal a esta frente pioneira. Tal caminho está indicado no mapa da comarca de Vila Rica (Ouro Preto), realizado por José Joaquim da Rocha em 1778: a picada começa em Mariana, atravessa a zona do Rio Bombaça e termina no presídio do Cuieté. Aliás, percebe-se que esta e todas as outras povoações “boca de sertão” do vale do Rio Doce (Abre Campo, São Manoel dos Índios Coroados) estavam na extremidade de picadas radiais que partiam de Mariana.

Nota-se, portanto, que a construção de caminhos era outro tipo de intervenção estratégica, essencial para a manutenção da posse dos novos estabelecimentos.²⁷ De fato, todas as terras atravessadas pela picada aberta na mata acabaram passando para a jurisdição de Mariana, embora a câmara de Vila Nova da Rainha tivesse contribuído financeiramente para a abertura do caminho. Em 1779, seus oficiais tentavam reverter a situação, afirmando que Mariana havia usurpado terras das quais detinham “a imemorial posse” há mais de quarenta anos – e, o que era pior, essa

apropriação indevida impedia toda e qualquer nova tentativa de expansão da Vila de Caeté, pois o vale do Bombaça constituía sua única “entrada para aquele novo País” (o Cuieté).²⁸ Na mesma época, Vila Nova da Rainha quase perdeu seus direitos sobre a margem direita do rio Santo Antônio, pois os habitantes da região preferiam submeter-se à Vila do Príncipe (sede da comarca de Serro do Frio), à qual tinham acesso por uma estrada aberta pela câmara desta última.

Ainda neste período, temendo que Mariana acabasse por anexar ao seu território (e à comarca de Ouro Preto) “todo o distrito de Chopotó e seus sertões”,²⁹ os oficiais da câmara de São José tentavam convencer o ouvidor do Rio das Mortes a agir no sentido de garantir a sua posse de pelo menos uma parte dessas terras:

(...) representou o Almotacel atual, sargento-mor Mattos Pereira, o quanto era útil a este termo se apossar da paragem do Rio do Peixe, Chopotó e tudo o mais circunvizinho, onde se acham vários moradores que sempre deram obediência a esse termo, maiormente por medirem pouca distância (...) da Igreja Nova da Borda do Campo; persuadindo juntamente que essa câmara fosse (...) às ditas paragens fazer ato de jurisdição e posse, para evitar que a Câmara de Mariana não vá lentamente apossando-se, como já deu princípio, mandando abrir picadas, que por elas tem vindo o Doutor Intendente de Vila Rica a medir (...) sesmarias em terras que pertencem a este [nosso] termo (...).³⁰

Com efeito, as terras em litígio não estavam muito distantes do arraial da Igreja Nova, sede da paróquia de Borda do Campo, que pertencia, ao mesmo tempo, ao termo de São José e ao de São João del-Rei. Aliás, a câmara de São José havia publicado um bando proibindo aos habitantes das paragens mais meridionais da região de Chopotó (distritos de Brajaúbas, Espera, Lamim, Rio do Peixe) de obedecerem “à dita câmara ou à justiça da dita Cidade de Mariana”, sob pena de prisão.³¹

Os “atos de jurisdição e posse” (frequentemente chamados de “atos possessórios”), mencionados na citação anterior, compunham-se de rituais e de procedimentos de cunho civil, efetuados pelos oficiais da câmara (distribuição de sesmarias, estabelecimento de atos notariais), mas também de ofícios religiosos celebrados pelo vigário da vila conquistadora. Ora,

tais cerimônias eram bastante dispendiosas, pois as autoridades tinham que percorrer dezenas de léguas para chegar às frentes pioneiras.³² Assim, os oficiais das câmaras nem sempre iam todos ao local, preferindo muitas vezes enviar apenas um representante – o procurador do concelho³³ –, ou oficiais subalternos (como os almotacéis), ou ainda um sargento de ordenanças.

Em 1731, coube ao procurador da câmara e ao vigário de Pitangui, “em companhia de muitos moradores”, a tarefa de ir tomar posse “tanto pelo secular como pelo eclesiástico” do sertão de Piuí, onde novas minas de ouro acabavam de ser encontradas. Chegando à região do descoberto, o padre se incumbiu de suas funções – “atos paroquiais de missas e confissões” – e, para garantir a continuidade da assistência espiritual, passou a enviar todos os anos a Piuí “um religioso por nome Frei José de São Paulo” para administrar os sacramentos aos moradores.³⁴ Ao mesmo tempo, o procurador da câmara realizava diversos “atos de jurisdição”, dentre os quais a nomeação de um capitão-mor, futura autoridade suprema do arraial. Batista Maciel, o descobridor das jazidas, ali se instalara com sua família, e logo outras o imitaram, e desta forma todos “se conservaram sempre na obediência às justiças de Pitangui”.³⁵

Em 1744, a câmara de São José preferiu enviar todos os seus oficiais ao “sertão chamado o Tamanduá”, a fim de tomar posse do “lugar e distrito do descobrimento do Tamanduá e seu arraial de São Bento”. Chegando ao acampamento dos mineradores, procederam aos atos possessórios: em primeiro lugar, o porteiro da câmara deu a volta nas “paragens mais públicas do arraial”, perguntando, “em voz alta e inteligível”, se alguém se opunha à tomada de posse do lugar pela câmara da Vila de São José. Uma vez que ninguém se manifestou – pelo menos é o que consta no auto oficial –, um marco de madeira, trazendo a inscrição “Villa de Sam Joseph 1744”, foi cravado às margens do rio Pará, “na estrada que vai para o Sabará”. Em seguida, os membros da câmara realizaram as “cerimônias necessárias” para consolidar o ato possessório – cumprindo ali, muito provavelmente, rituais seculares em que as autoridades deviam percorrer as terras, quebrando galhos de árvores e arbustos e jogando terra para cima.³⁶ Por fim, nomearam-se autoridades para o arraial: um juiz de vintena, um almotacel e um tabelião. Todos estes atos contribuíram à mudança de estatuto do espaço: a partir de então,

este não mais seria designado como o “sertão”, mas como o “continente” ou “distrito” do Tamanduá, conforme vemos em diversos documentos.³⁷

Na maior parte dos conflitos territoriais, os autos e certidões que descrevem e atestam a realização destas cerimônias constituem as principais provas apresentadas pelas câmaras para defender seus direitos. No entanto, a existência destes documentos nem sempre foi suficiente e nem condição *sine qua non* para assegurar a posse reivindicada. A correspondência enviada ao governador da capitania pelos oficiais de Pitangui,³⁸ assim como os testemunhos recolhidos pelo padre da vila, demonstram que tais autoridades haviam tomado posse de alguns arraiais no Campo Grande muitos anos antes que a câmara de São José realizasse atos possessórios nestes mesmos lugares e, não obstante, foi esta última que logrou mantê-los sob sua jurisdição.³⁹

Na realidade, as anexações de arraiais faziam-se, o mais das vezes, *manu militari* e, deste ponto de vista, parece que a Vila de São José estava mais bem equipada do que suas rivais. Em 1750, o sargento-mor desta vila tomava posse do arraial de Piuí, após ter afrontado o capitão-mor nomeado por Pitangui; contudo, segundo o relato deste último, alguns habitantes continuaram a obedecer às autoridades de Pitangui.⁴⁰

Na década seguinte, São José anexou outra povoação na parte ocidental de Minas Gerais: o arraial de Bambuí. Para isso, a câmara contou com a ajuda de uma importante figura política da comarca de Rio das Mortes: Inácio Pamplona, chefe militar de toda a zona do Campo Grande.⁴¹ Pamplona comandaria, mais tarde, uma “legião” de 1.500 soldados, especialmente criada para assegurar “a manutenção da tranquilidade pública da conquista do Bambuí”, reivindicada não apenas pela câmara de Pitangui, mas também por autoridades externas à capitania.⁴²

OS MAGISTRADOS E A DEFESA DA JURISDIÇÃO MUNICIPAL

Por vezes, os ouvidores tomavam parte nestas querelas municipais, pois a anexação de localidades ao termo de um concelho podia levar ao aumento do território da respectiva comarca. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1749, quando a câmara de Sabará e o ouvidor da comarca de Rio das Velhas decidiram se apoderar do

descoberto do Tamanduá, que pertencia a São José (e à comarca do Rio das Mortes) desde 1744, data em que os oficiais realizaram os atos possessórios. O ouvidor de Rio das Mortes tomou, então, a defesa de São José, pois a disputa concernia também aos limites de sua comarca.⁴³

Porém, a câmara de São José nem sempre pôde contar com o apoio destes magistrados. Com efeito, em alguns casos, os ouvidores do Rio das Mortes preferiram apoiar os concelhos rivais – principalmente quando a disputa envolvia a cabeça da comarca, ou seja, a Vila de São João del-Rei.⁴⁴ Em outras situações, eles simplesmente não tomaram partido, mostrando-se, segundo os oficiais de São José, “tão insensíveis aos nossos clamores, que olham para o nosso termo como porção alheia do seu patrimônio”.⁴⁵

Assim, em 1770 a câmara de São José pedia à Coroa que tomasse providências capazes de remediar tais injustiças:

Conservam-se os povos de Mariana com os de Vila Rica em inteira harmonia, porque nesta há ouvidor, e naquela um juiz de fora. Cada um destes, igualmente zeloso de seus próprios súditos, socorrem aos insultos com que os de outra jurisdição pretendem ofendê-los, ou usurpar-lhes o que seu reconhecem. E sendo igual a distância que há desta vila à de São João del-Rei, quando esta tem tido ouvidores (...) na vigilância do bem dos seus súditos, parece que bem podia haver [em São José] um Juiz de Fora. Sim, se os habitantes do termo desta Vila tivessem um ministro particularmente seu, que como próprio pai os atendessem quais legítimos filhos, cessavam os males de que têm padecido, e outros que, prudentes, já temem.⁴⁶

Os juizes de fora tinham mais competência que os juizes ordinários para a defesa dos interesses municipais e mais capacidade para enfrentar a autoridade dos ouvidores – os quais tendiam quase sempre para o lado das cabeças de comarca. Não por acaso, nos anos de 1770 a 1783, a maior parte das solicitações de cargos de juizes de fora enviadas a Lisboa emana da Vila de São José e da Vila Nova da Rainha,⁴⁷ duas câmaras envolvidas em disputas territoriais contra vilas que já dispunham de um bacharel (juiz de fora ou ouvidor), a saber: Mariana, Vila Rica, Sabará, São João del-Rei e Vila do Príncipe.⁴⁸

Além disso, o fato de possuir um magistrado era, por si só, um argumento de peso para justificar a anexação de territórios. Em 1762, os oficiais da câmara de Mariana – que era então a única a contar com um juiz de fora – pediam permissão às autoridades de Lisboa para incorporar à sua jurisdição o arraial de Catas Altas da Noruega, pertencente ao termo de São José. Segundo eles, tal mudança garantiria “maior comodidade” aos habitantes do arraial, que passariam a ter uma sede de jurisdição mais próxima dos seus domicílios. Além disso, tal mudança era desejável por outra razão: submetendo-se a Mariana, a população seria melhor servida, já que nessa cidade havia “ministro de vara branca,⁴⁹ [enquanto] em a Vila de São José, somente juízes ordinários, e estes tão pouco amantes da justiça”.⁵⁰ Os oficiais de Mariana não alcançaram, porém, seu objetivo. Por outro lado, três décadas depois, os juízes de fora das vilas de Campanha e de Paracatu conseguiriam anexar diversos julgados aos seus domínios, fazendo valer o argumento da incompetência e da parcialidade dos respectivos juízes ordinários.⁵¹

Como bem observou Ana Cristina Nogueira da Silva, na década de 1790 os pedidos de nomeação de um juiz de fora em Portugal também estavam ligados a questões territoriais. Por um lado, diversas câmaras que conseguiram expandir seus territórios já possuíam tal cargo. Por outro, as vilas que solicitavam um juiz letrado por outros motivos acabavam por ter também projetos expansionistas: ao anexar localidades aos seus termos, aumentavam suas receitas e podiam pagar com mais facilidade a parte da remuneração destes magistrados que cabia aos concelhos.⁵²

Afora os conflitos ligados a emancipações e anexações de arraiais, o juiz de fora podia oferecer proteção às câmaras contra outros “males” causados pelos ouvidores: a ingerência destes últimos em “ações novas” (processos em primeira instância), os quais, segundo as leis portuguesas, eram da alçada dos oficiais municipais. Evidentemente, tal procedimento ocasionava perdas de emolumentos a alguns oficiais da câmara (escrivães e outros).⁵³

Esta ingerência não era, contudo, ilegal, pois as Ordenações do Reino previam casos nos quais a justiça de primeira instância poderia ser exercida pelo ouvidor. Este teria o direito de intervir nomeadamente em situações nas quais os juízes locais (ordinários) estivessem impedidos de julgar livremente – por exemplo, em

processos em que estariam implicadas “pessoas poderosas”. De fato, ao solicitarem um juiz togado, os oficiais de São José e de outras povoações referem-se à dificuldade que encontravam para enfrentar os potentados locais, que tinham meios para neutralizar a ação dos juízes ordinários. Tal situação teria levado os próprios habitantes a preferirem a justiça administrada diretamente pelo ouvidor, apesar dos elevados custos dos processos.⁵⁴

Os ouvidores também podiam tomar para si as “ações novas” em lugares situados a mais de duas léguas de seu domicílio, caso não se tratasse de terras sob a jurisdição de um juiz de fora – o que constituía uma razão a mais para que as municipalidades solicitassem um magistrado desse nível. Se, conforme afirma Antônio Manuel Hespanha,⁵⁵ esta última lei foi pouco aplicada no Reino, alguns ouvidores de Minas Gerais procuraram utilizá-la diversas vezes, no intuito de estender suas jurisdições.⁵⁶

Por fim, é importante assinalar que os habitantes de Minas Gerais podiam ter outras razões para preferirem recorrer diretamente ao ouvidor: seja por se encontrarem mais próximos da cabeça de comarca do que de suas próprias vilas (sedes de justiça de primeira instância), seja por não quererem enfrentar a incompetência dos juízes ordinários que atuavam na maior parte das vilas e sedes de julgados. Todos estes fatores explicam tanto os pedidos insistentes de certas câmaras por um juiz de fora, quanto a oposição quase sistemática dos ouvidores de Minas Gerais à criação de novas vilas, e mesmo de julgados em suas comarcas.

O DIREITO DE POSSE E A DIMENSÃO DOS TERMOS

Uma vez identificadas as modalidades de expansão dos termos, seus atores e suas motivações, bem como a natureza dos conflitos decorrentes do processo de apropriação das frentes pioneiras, passaremos agora a examinar mais de perto os tipos de argumentos utilizados durante estas disputas. Veremos que alguns se relacionam a direitos históricos; outros, a uma ideia de racionalização da administração judiciária; outros, enfim, privilegiam aspectos de ordem econômica.

A ACESSIBILIDADE DAS SEDES

Em 1749, durante a disputa pelo “descoberto do Tamanduá”, o ouvidor do Rio das Mortes apresentava ao rei de Portugal todos os argumentos capazes de comprovar o direito de posse destas terras pela sua comarca e pela câmara de São José:

É certo, senhor, que as comarcas nesses estados e jurisdições se conservam indivisas naquelas partes que confinam com matos incultos, e por isso, derivado da boa razão que o costume introduziu, havendo um descoberto, fica este pertencendo àquela jurisdição que primeiro nele exerceu atos possessórios.

E posto que algumas vezes tem acontecido (segundo me informam) mandar V. Majestade que o descoberto fique pertencendo à jurisdição mais próxima, atendendo a que os moradores do mesmo sejam prontamente socorridos das justiças (...), no presente caso, não só a Câmara da Vila de São José é a jurisdição mais próxima do dito descoberto do Tamanduá, mas [foi também] quem primeiro tomou posse jurídica, e sem contradição, e nela se conserva administrando justiça aos moradores daquela continente (...).⁵⁷

O documento sugere que, em meados do século, o argumento do direito histórico já havia perdido muito de seu poder de persuasão.⁵⁸ De fato, a questão da “comodidade dos povos” e do acesso fácil e rápido à justiça torna-se cada vez mais importante à medida que o século avança. Como já referimos, no final do Setecentos essa preocupação com a eficácia das estruturas judiciárias deu origem a projetos de reforma das circunscrições civis do Reino, os quais repercutiram na colônia. Assim, se a Vila de São José conseguiu manter o arraial de Tamanduá sob sua jurisdição,⁵⁹ não foi tanto pelo fato de ter sido a primeira a realizar os atos possessórios, mas, sobretudo, por se situar mais próxima da zona de litígio do que a Vila de Sabará.

Prova disso é que, algumas décadas depois, malgrado a antiguidade de sua presença na região e sem embargo das forças militares de que dispõe, São José perde a batalha pela posse de um outro lugar: as “terras de Itapecerica e Serra Negra”,⁶⁰ distantes da vila em mais de quarenta léguas, ao passo que apenas doze léguas as separavam de Pitangui.⁶¹ Esse conflito durou muitos anos e foi marcado por ações violentas de ambas as partes. Em seus

relatórios enviados a Lisboa, os oficiais de Pitangui afirmam que as terras de Itapecerica eram sua “colônia” há mais de cinquenta anos e se queixam das “violências” perpetradas pelo almotacel de São José contra o juiz de vintena do lugar. Segundo a câmara de Pitangui, o tal almotacel não passava de um “homem sedicioso” que, por ter sido condenado pelos juízes da mesma vila, havia se refugiado no termo de São José. Por seu turno, a câmara de São José narra “atos de despotismo” semelhantes perpetrados pelos “sediciosos” oficiais de Pitangui.⁶²

Os argumentos apresentados à Coroa pela câmara de São José se baseiam no critério de antiguidade da posse; porém, também são destacados os esforços feitos pela municipalidade na conquista daqueles sertões. Os camaristas apoiam-se ainda na ideia de uma jurisdição que deveria poder ser ampliada às “dependências”, ou seja, aos territórios contíguos àqueles onde atos possessórios foram realizados:

E para que se manifeste a verdade desses fatos, e a inocência desta Câmara, seja-nos lícito o justificar uma e outra cousa com o documento que oferecemos; pelo qual se verifica haver esta câmara tomado posse no ano de 1744 do Tamanduá, Arraial de São Bento. Dele são dependências, como terras contíguas, a Itapecerica e a Serra Negra. Para isso, fez despesa considerável essa câmara em afugentar e dissipar os quilombos de negros fugitivos, que se achavam refugiados naqueles matos donde saíam a insultar, roubar e matar tudo o que se lhes resistia. Depois que se foram povoando e cultivando esses distritos, quis a Câmara de Pitangui, sem outro título mais que o do despotismo, exercitar atos de posse, e jurisdição naqueles territórios (...). Se no que obramos houve excesso, é o que o direito permite nos desforços, por ser natural que se rebatam as violências com outras (...), pelo que suplicamos humildemente a V. Majestade se digne haver por inculpável o que esta Câmara praticou no seu desforço, vista a antiga posse em que está de exercer a sua jurisdição naqueles distritos.⁶³

Por sua vez, os oficiais de Pitangui descrevem a infelicidade dos “colonos das sobreditas paragens” de Itapecerica e Serra Negra: estes povos pertenciam “ao seu distrito”, mas foram obrigados a se submeter aos oficiais de justiça “da longínqua Vila de São José”. A câmara de Pitangui pede então à Coroa que tome providências para resolver definitivamente o conflito:

Tememos maiores consequências se V. Majestade não puser fim a estas desordens, mandando ao nosso respeito o mesmo que mereceu a [câmara da] Cidade de Mariana com a da mesma da Vila de São José em semelhantes controvérsias, que se decidissem os termos com igualdade, com atenção à comodidade dos povos, com assistência dos ministros e Governador: o que assim suplicamos, e esperamos da Paternal e Piedosíssima intenção de V. Majestade.⁶⁴

Com efeito, em 1779, a rainha ordenaria aos ouvidores do Rio das Mortes e do Rio das Velhas que se dirigissem à zona de litígio e realizassem a divisão dos termos de São José e de Pitangui (cujos limites coincidiam, deste lado, com os das duas comarcas). Os magistrados deviam privilegiar o conforto dos habitantes, submetendo-os à sede de justiças (vila) mais próxima.⁶⁵

Conforme refere a passagem citada, tal solução já havia sido adotada alguns anos antes, quando da disputa entre Mariana e São José “pelos sertões do Rio Chopotó”. Em 1760, a Coroa e o governador da capitania decidiram que os confins dos termos destes dois concelhos e os limites de ambas as comarcas deveriam ser determinados em função da “comodidade dos povos, por não ser justo que, podendo estes terem o recurso das suas causas em distância de doze ou quinze léguas, hajam de ser obrigados a buscarem-no em vinte e cinco ou trinta”.⁶⁶

Os procedimentos de demarcação foram realizados em 1764, sob a direção de Luís Diogo Lobo da Silva.⁶⁷ O governador reuniu as principais autoridades das duas vilas e comarcas (os oficiais das câmaras, o juiz de fora de Mariana, os ouvidores, o intendente de Vila Rica), assim como os pilotos (medidores) e louvados (árbitros) designados pelas duas câmaras. Em conjunto, percorreram as terras a fim de “examinar ocularmente (...) as distâncias e rumos de um e outro terreno que se havia de dividir” e, após deliberação, decidiram que os limites mais “permanentes”, “cômodos”, “racionais” e “benéficos” para os habitantes de Chopotó eram a serra do Mello e o rio Pomba. A partir de então, a parte norte ficaria pertencendo à câmara de Mariana e à comarca de Ouro Preto, e a parte sul à Vila de São José e à comarca de Rio das Mortes.⁶⁸

Conquanto os limites tenham sido decididos “com igualdade de votos”,⁶⁹ nenhuma das partes respeitou o tratado: os marcos de madeira foram destruídos ou deslocados, e as autoridades das

duas câmaras se enfrentaram diversas vezes.⁷⁰ Em 1774, Cláudio Manuel da Costa, secretário do governo da capitania, publicava um bando que determinava que ambas as câmaras deveriam respeitar os limites determinados, sob pena “de serem punidos segundo a disposição de direito em semelhantes casos e responderem por todo dano e prejuízo que padeçam os povos daqueles distritos”.⁷¹ Não há indícios de outros confrontos entre as duas câmaras após este bando, sendo, pois, provável que o tratado tenha sido respeitado. É certo que os mapas das comarcas de Ouro Preto e de Rio das Mortes, desenhados por Rocha em 1778, conformam-se aos limites estabelecidos em 1764.

CONCELHOS: EXTENSÃO E EXTENSIBILIDADE

A disputa pelas terras do Chopotó nos anos de 1760-1770, que acabamos de resumir, parece ter sido um momento de conscientização acerca da desigualdade dos tamanhos das circunscrições civis – concelhos e comarcas – e da falta de racionalidade de certos limites.

O caso de Vila Rica constitui certamente o exemplo mais extremo destes problemas. A capital de Minas Gerais, local de residência de importantes autoridades (governador, intendente, provedor da Fazenda Real) e sede de diversas administrações, era a cabeça de um dos menores concelhos e da comarca menos extensa da capitania. Em 1764, durante os trabalhos de demarcação já aludidos, esta situação revela-se prejudicial não apenas a Vila Rica, mas também a certos arraiais, como Itaverava e Catas Altas da Noruega.⁷² Estes últimos, apesar de situarem-se a somente sete ou oito léguas ao sul de Vila Rica, onde residia o ouvidor da comarca de Ouro Preto, pertenciam à comarca do Rio das Mortes e à Vila de São José (Figuras 5.1 e 5.2), distante de mais de vinte léguas.⁷³

Todavia, em 1764, o governador Luís Diogo Lobo da Silva não tomou qualquer providência no sentido de transferir os dois arraiais para o concelho e a comarca de Vila Rica, pois as ordens reais que recebera tratavam, exclusivamente, da zona do Chopotó. Embora convencido do absurdo da situação, o governador preferiu não se imiscuir diretamente no caso, mas aconselhou os oficiais da câmara de Vila Rica a respeito dos argumentos que poderiam facilitar a obtenção da graça real:

a câmara deveria evocar “a razão da comodidade” dos habitantes de Itaverava e Catas Altas, bem como o “salutar exemplo” da demarcação de 1764, executada para a “utilidade dos povos do Chopotó”.⁷⁴

Na carta enviada a Lisboa em agosto de 1765, a câmara de Vila Rica resolveria, porém, estender seu pedido de anexação a um total de seis arraiais, localizados em distância de seis a nove léguas em torno da vila.⁷⁵ Defendendo os interesses tanto da vila quanto da comarca de Ouro Preto, os oficiais se referem à “infelicidade” dos habitantes destas localidades, que tinham que percorrer mais de vinte léguas para obter “recurso à justiça”, e concluem que este inconveniente poderia ser evitado caso os arraiais fossem incorporados à Vila Rica e à referida comarca – a qual, neste caso, viria a ter uma “devida extensão”.⁷⁶

Além do interesse dos habitantes, eles utilizam um argumento ligado à ideia de racionalização e equilíbrio das circunscrições: as comarcas de Rio das Mortes e Rio das Velhas abarcavam mais de cem léguas em algumas direções, ao passo que a de Vila Rica (Ouro Preto) não tinha mais do que oito léguas “na sua maior extensão”.⁷⁷ Lembremos que, quando da “Lei de Reforma das Comarcas”, de 1790, o ideal de uniformidade dos territórios levava os oficiais dos pequenos concelhos de Portugal a solicitar, em benefício próprio, o desmembramento dos termos de vilas vizinhas, os quais seriam demasiado extensos.⁷⁸

É interessante notar que a câmara confunde – talvez deliberadamente – as duas circunscrições das quais Vila Rica é sede: a comarca e o concelho. Na realidade, era o termo do concelho de Vila Rica que media por volta de oito léguas em seu lado mais longo (Figura 5.1); a comarca de Ouro Preto (que incluía os termos de Vila Rica e Mariana) possuía um território bem maior, de aproximadamente vinte léguas de comprimento. Por outro lado, era inegável que estas dimensões eram muito inferiores às de outras comarcas.

Lisboa parece, contudo, não ter dado muita importância a tais queixas e, em 1772, os oficiais de Vila Rica decidem reiterar seu pedido. Sua determinação é reforçada pelo fato de que o governador da época, Dom José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha (o conde de Valadares), acabava de lançar uma derrama – imposto destinado a completar o total de cem

arrobas de ouro, que desde 1763 não mais havia sido atingido. A câmara de Vila Rica reivindica, então, não apenas a anexação dos seis arraiais, mas também a diminuição da cota a ser paga pelo concelho e pela comarca de Ouro Preto:

Fazemo-lhe presente que na falta das dez arrobas, e cinquenta e sete marcos, duas onças, cinco oitavas e cinquenta e um grão, e dois quintos e meio que faltam para perfazer a dita cota (...) parece que não está feito justamente o rateio de pagar esta comarca três arrobas; porque V. Majestade sabe que esta Comarca é de todas as destas Minas a mais pequena, e a mais pobre em falta de roças e lavras, principalmente o termo desta Vila, e que a comarca do Sabará é a mais abundante disso, e pela sua muita extensão, e assim a comarca do Rio das Mortes, opulenta com os próprios efeitos que de si lança a comerciar em outras partes; e a do Serro do Frio, quando não seja melhor que a desta Vila, certamente não é inferior, pelo grande comércio que em si tem, e consomem os ocupados na extração dos diamantes, sendo que estes igualmente devem concorrer para perfazer a parte que cabe à dita Comarca.

O termo de Mariana é sem comparação muito maior, é mais rico que o desta Vila; e fazendo V. Majestade divisão entre o que pode tocar um e outro termo, como humildemente lhe suplicamos, se evita a controvérsia que pode acontecer entre esta câmara e a de Mariana, cessando assim a demora que nós em tudo desejamos evitar por cumprir com as ordens de V. Majestade.⁷⁹

Esperava-se que tais argumentos ligados ao tamanho e à riqueza dos termos convencessem à Coroa da necessidade de uma melhor divisão do território. Contudo, em 1778, como nenhuma decisão havia sido tomada, a câmara de Vila Rica decide enviar um novo pedido à metrópole. Desta feita, os oficiais contariam com o apoio de Luís Diogo Lobo da Silva – que na época não era mais governador de Minas Gerais, mas membro do conselho da rainha Dona Maria I.⁸⁰ O ex-governador confirma as informações fornecidas pelos oficiais e reforça a argumentação com dados suplementares. Seus comentários merecem nossa atenção, pois são reveladores de diferentes imagens e valores associados aos territórios municipais.

Naturalmente, Luís Diogo Lobo da Silva não deixaria de lembrar que a incorporação de seis arraiais ao termo de Vila Rica contribuía para a “comodidade dos povos”. Porém, nota-se

que ele acrescenta um componente econômico a esta argumentação de ordem jurídica: se a população destas terras viesse a depender de tribunais mais próximos dos seus domicílios, haveria um aumento dos direitos reais (o dízimo e o quinto), pois os habitantes, uma vez liberados da obrigação de efetuar longas viagens, não deixariam no “desemparo” suas roças e lavras de ouro.⁸¹

O conselheiro da rainha também considera tais anexações necessárias, em razão da pequenez do território “da capital do dilatado governo de Minas Gerais”, afirmando que o concelho de Vila Rica se compunha de terras “umas inúteis, outras infrutíferas”.⁸² Segundo ele, a razão deste tamanho exíguo estaria ligada às mudanças econômicas ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século, que tiveram um impacto na formação dos limites destas circunscrições:

O termo de Vila Rica se acha restrito às 8 ou 9 léguas na divisão feita pelo governador D. Bras Baltazar. Naquele tempo, os ricos descobertos, avultadas e preciosas pintas que se achavam nela, inclinavam a todos os seus habitantes (pela maior utilidade que resultava) mais à extração do ouro que à cultura dos campos; na errada persuasão de que tendo abundância deste precioso metal, lhes concorreriam de fora todos os víveres de que necessitassem, sem se lembrarem de que por este meio se vinham a desapropriar da mesma riqueza de que se consideravam senhores; e a constituir-se na primeira indigência, pela obrigação de ceder esta riqueza em benefício dos que a procuravam por meio da agricultura. Neste errado sistema foram continuando, enquanto durou a riqueza de seus descobertos, sem que lhes fizessem receio verem que, estabelecendo-se a Vila de Ribeirão do Carmo, hoje Cidade de Mariana; a Vila do Sabará, São José del-Rei e São José do Rio das Mortes, e constituírem-se cabeças de comarca, cuidando todas eficazmente de ampliarem seus distritos na ereção de vários arraiais e povoações em situações mais próximas aos restritos limites de Vila Rica, aos que os brindava com a eficácia a opulência a sua riqueza, de sorte que esta não só ficou circularmente cercada, [pelas] expressadas Povoações e Arraiais, mas também impossibilitada para poder utilizar-se igualmente, em parte proporcional, dos dilatados sertões, (porque todas as outras se têm estendido), por não lhes deixarem saída para esses sertões.⁸³

Observa-se, pois, que a capital de Minas era representada, se não como um enclave, ao menos como uma entidade territorial totalmente cercada – para não dizer “sitiada” – pelas circunscrições vizinhas. Em 1790, os oficiais da Vila de Queluz procurariam evitar que seu termo se encontrasse numa situação similar. Por tal razão, eles se opuseram à criação de uma vila na freguesia da Borda do Campo (cuja sede, o arraial da Igreja Nova, acabaria tornando-se Vila de Barbacena no ano seguinte), afirmando que esta zona limítrofe da capitania deveria continuar pertencendo ao termo de Queluz, para que esta vila pudesse “respirar” – isto é, para que os habitantes de Queluz pudessem ter acesso aos sertões ocidentais de Minas, e que a câmara pudesse estender sua jurisdição sobre estas terras.⁸⁴

Voltando ao caso de Vila Rica, tudo indica que as autoridades locais não haviam feito muitos esforços no sentido de ampliar os limites do seu termo. Segundo os indícios que pudemos encontrar, a câmara só fez uma tentativa concreta para expandir seu território: em 1715, quando procurou avançar sobre o termo de Mariana (então Vila do Carmo) – a qual solicitou imediatamente a intervenção do rei.⁸⁵

As causas referidas pelo conselheiro real – ou seja, a situação central de Vila Rica e o fato de que seus habitantes se dedicavam mais às minas das proximidades do que à agricultura – são bastante plausíveis. Notemos, contudo, que a menos de duas léguas dali, a exploração das ricas jazidas em torno de Mariana (antiga Vila do Carmo) não impediu que seus habitantes partissem para a conquista de novas terras. Como o próprio Luís Diogo observou em um trecho de sua carta, as vilas de São João del-Rei e de São José, também elas muito próximas uma da outra, conseguiram expandir seus territórios em muitas dezenas de léguas, seguindo diferentes direções:

A Vila de São João, sem embargo de distar só duas léguas de São José, estende o seu termo até o registro do Mandu, que confina com São Paulo, o que faz 82 léguas; e de norte a sul, nos povoados e descobertos novos até os matos gerais da parte do sul que fica para o Rio de Janeiro, 80 léguas; contém 18 povoações ou arraiais.⁸⁶

Pode-se supor também que esta “incapacidade” de Vila Rica em se expandir esteja ligada às funções da capital civil de Minas Gerais: desde o início, devido à concentração de órgãos

administrativos e ao seu comércio ativo, a população de Vila Rica certamente reuniu um número bem maior de portugueses e homens de vida estável do que de bandeirantes paulistas e outros aventureiros – indivíduos que foram decisivos para a expansão de outros concelhos e comarcas.

Qualquer que seja a causa desta inércia territorial, o fato é que, por volta do final do século, muitos habitantes do termo de Vila Rica se viram obrigados a deslocarem-se para outras circunscrições em busca de terras cultiváveis. O crescimento econômico e demográfico da capital mineira encontrava-se, pois, limitado pela estreiteza de seu território, ao passo que os concelhos vizinhos “cada vez mais se aumentam e crescem no número de seus arraiais, e cultura, o que é facilitado pela grande extensão de terras férteis e dilatados matos e sertões que (...) lhes competem, o que não tem o termo de Vila Rica”.⁸⁷

Nota-se, nestes discursos, que o sertão deixou progressivamente de constituir uma zona de fronteira indefinida e sem estatuto jurídico específico, para tornar-se um território, passível de ser disputado, dividido e delimitado. Sobretudo na segunda metade do século XVIII, estas extensões de terras “virgens” da capitania passam a ser percebidas como uma reserva de riquezas, uma fonte de rendimentos em potencial. Pouco importava que tais matos ou campos fossem povoados por quilombolas, feras, ou índios selvagens: os concelhos que tinham uma saída, um acesso a estes sertões, levavam vantagem sobre os outros, pois eles eram extensíveis. Assim, para salvar Vila Rica da estagnação e da decadência que a ameaçavam, era preciso lhe dar um sertão sobre o qual se expandir, e o único meio de fazê-lo era incorporar à sua jurisdição os arraiais vizinhos e contíguos a estes espaços “virgens”.

Mas tais mudanças não eram facilmente realizáveis: houve, naturalmente, reações de oposição por parte das autoridades das vilas de Sabará, São José e São João del-Rei, que negavam-se a perder parte de seus territórios de jurisdição. Sabendo disso, Luís Diogo Lobo da Silva e os oficiais de Vila Rica buscaram convencer antecipadamente a Coroa de que as citadas vilas (e suas respectivas comarcas) não seriam prejudicadas pela perda de seis arraiais, já que possuíam muitas outras povoações, bem como outros vastos sertões sobre os quais poderiam continuar

a ampliar seus domínios.⁸⁸ Além disso, eles procuraram insinuar que tais modificações teriam um efeito salutar, pois permitiriam um equilíbrio entre as unidades político-administrativas da capitania, que apresentavam grandes disparidades em termos de extensão.

Apesar do apoio valioso do ex-governador das Minas, Vila Rica não logrou vencer a resistência das vilas vizinhas, especialmente a de São José: o único território que passou a ser administrado pela câmara da capital mineira foi a freguesia de São Bartolomeu, após ser desanexada do termo de Sabará.⁸⁹

A EXTENSÃO DOS TERMOS E O IDEAL DE AUTOSSUBSISTÊNCIA

Vila Rica não era a única vila da capitania a carecer de terras virgens para a expansão de seu termo. Na comarca de Sabará, a Vila Nova da Rainha do Caeté vivia o mesmo dilema, estando completamente cercada por arraiais que pertenciam a outros concelhos. Contudo, na perspectiva de Luís Diogo Lobo da Silva, no caso da capital das Minas, a exiguidade do território parecia incoerente, ou mesmo inaceitável.

Para compreender este raciocínio, é necessário lembrar que, segundo um princípio correntemente aceito na época, haveria uma relação direta entre o tamanho dos termos e a “dignidade” das vilas. Em algumas descrições do século XVIII, os concelhos portugueses aparecem “hierarquizados em função da superfície dos seus termos, sinônimo da sua grandeza e espelho dos seus merecimentos”.⁹⁰ Esta ideia aparece na passagem a seguir:

Vila Rica, como Capital do dilatado Governo da Capitania de Minas Gerais, a mais notável de todas as que tem, tanto em número de habitantes, como em residência de Governo, junta de fazenda, magistrados, Quartel de Tropa e ocorrência de pretendentes, se faz digna não só de ser atendida com o aumento do Termo, que solicita, ampliando-se-lhe com os arraiais que pretende, e igual ou maior extensão de sertões e matos do que logram as outras comarcas (...).⁹¹

Lembremos também que, no Antigo Regime português, a questão do tamanho do território municipal estava associada a uma outra característica que contribuía para “magnificar” as vilas: a autossuficiência alimentar.⁹² Ela sustenta-se em uma imagem

idealizada de um concelho inteiramente autônomo – ou seja, independente tanto do ponto de vista político-administrativo quanto econômico. Este ideal de “autossustentabilidade” determinava toda a política econômica das câmaras e transformava os arredores das vilas (os termos) em uma fonte vital para o abastecimento da população.⁹³ A sobrevivência dos habitantes, as atividades econômicas às quais podiam se dedicar e a viabilidade financeira do concelho dependiam dos recursos disponíveis no interior de cada termo.⁹⁴

Porém, se todos os concelhos portugueses perseguiam este mesmo ideal de autossustentabilidade, nem todos dispunham dos mesmos meios para alcançá-lo.⁹⁵ A “notável” Vila Rica fazia parte daquelas que não conseguiam satisfazer a todas as suas necessidades. Como foi referido, este concelho não possuía sertão sobre o qual pudesse se expandir e, no final do século, o número de habitantes de seu termo tendia a diminuir em razão da falta de terras cultiváveis. Apesar disto, a vila continuava sendo a mais povoada da capitania: segundo Luís Diogo Lobo da Silva, sua população era comparável à soma das três outras cabeças de comarca reunidas (Vila de São João del-Rei, Vila de Sabará e Vila do Príncipe).⁹⁶ Além do mais, por ser o “centro das gerais dependências, decisões e soluções”, Vila Rica possuía também uma considerável população flutuante, o que fazia dobrar o consumo do seu concelho. Por todas estas razões, a capital de Minas Gerais dependia inteiramente dos víveres fornecidos pelas fazendas dos concelhos limítrofes.⁹⁷

É curioso notar que o ex-governador e os oficiais da câmara descrevem esta situação como “consternadora”. Ora, como provam outros testemunhos, foi graças a esta dependência em relação às localidades vizinhas que Vila Rica se tornou uma das aglomerações mais desenvolvidas da capitania do ponto de vista comercial. Segundo o cartógrafo militar José Joaquim da Rocha, o território da comarca de Vila Rica (do Ouro Preto)

é de pouca extensão e por isso faltam víveres, ainda que os seus habitantes não a experimentem, por concorrerem das demais comarcas, todos os dias, imensidade de tropas, carregadas de mantimentos, como toucinhos, queijos, farinha, arroz, milho e feijão, de que se utilizam todos os moradores de Vila Rica e mais povoações da sua comarca.⁹⁸

Para os espíritos da época, era mais importante para um concelho o fato de ser capaz de se autoprover (malgrado o acanhamento de seu termo), do que de manter um comércio ativo com o exterior. Assim, dentre as qualidades de Vila Nova da Rainha, Rocha menciona o fato de que seus moradores “passam muito bem, por serem socorridos, de tudo quanto lhes é necessário, pela produção que colhem nas suas culturas”.⁹⁹ Este tipo de observação aparece em outros relatos dos séculos XVIII e XIX sobre Minas Gerais, bem como nas corografias do Reino de Portugal. Conforme observou Ana Cristina Nogueira da Silva, a abundância de espaços rurais em torno das vilas era um dos seus atributos mais valorizados.¹⁰⁰

A ideia de uma relação direta entre extensão e riqueza (em terras e recursos disponíveis) dos termos e a importância e a “nobreza” das vilas estão também presentes em documentos relacionados à criação de novos concelhos no final do século XVIII. Veremos, em seguida, que estas fundações implicavam o desmembramento de territórios municipais preexistentes e a redefinição dos seus limites – o que fazia surgir novos conflitos e diferentes discursos sobre as vilas e seus territórios.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 5, originalmente reunidas ao final da
segunda parte desse livro.**

pp. 414-415

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 5.1 – Conflitos territoriais na segunda metade do século XVIII.

Figura 5.2 – Mapa representando o termo de Vila Rica e os concelhos limítrofes. Este documento pode ter servido para embasar os argumentos dos camaristas, que pretendiam anexar diversos arraiais (doc. AHU).

As notas a seguir correspondem ao Capítulos 5, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 629-634

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

SEGUNDA PARTE

AS VILAS E SEUS TERRITÓRIOS

DEPENDÊNCIAS, RIVALIDADES E HIERARQUIAS

- ¹ Sobre a variedade de noções e abordagens geográficas ligadas às expressões “rede urbana”, “armadura (*armature*) urbana, “sistema de cidades” etc., ver: PUMAIN; ROBIC. *Réseaux urbains*, p. 72-75; cf., ainda: PUMAIN; ROBIC. *Théoriser la ville*, p. 107-162.
- ² LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 173
- ³ Ver os artigos *semis* e *armature urbaine* em: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie*.

CAPÍTULO 5

CONFLITOS TERRITORIAIS E A GÊNESE DOS LIMITES MUNICIPAIS

- ¹ Esta coincidência de limites só se verificou até 1718, quando a Vila de São José foi criada.
- ² Carta de Dom Lourenço de Almeida ao rei de Portugal, 18 de junho de 1731, *apud* CARVALHO. Creação de comarcas nos tempos coloniais, p. 424.
- ³ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 232.
- ⁴ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 55.
- ⁵ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 90-92.
- ⁶ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 90-92.
- ⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 200.
- ⁸ “Consulta do Conselho Ultramarino”, datada de 23 de agosto de 1720, citada em: ALMEIDA. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748), p. 82.
- ⁹ Provisão Régia de 18 de novembro de 1729, citada em: ALMEIDA. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748), p. 82.
- ¹⁰ ALMEIDA. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748), p. 84.
- ¹¹ Conforme já mencionamos, estas unidades territoriais são representadas nos mapas através de notações convencionais que indicam apenas a posição e a hierarquia das sedes: trata-se de igrejas, capelas e casas de diferentes tamanhos, desenhadas em elevação e que simbolizam as cidades, vilas e sedes paroquiais. Ver, a este respeito: DAINVILLE. *Cartes anciennes de l'Église de France*; DAINVILLE. *Le langage des géographes*; HARVEY. *The History of Topographical Maps*; LYNAM. *The Mapmaker's Art*.
- ¹² Em Portugal, a representação das divisões político-administrativas internas também é tardia. Ver, a este respeito: ALEGRIA. Cartografia antiga de Portugal continental, p. 169-210; ALEGRIA; GARCIA. Evolução da cartografia portuguesa, p. 50-84.

- ¹³ Sobre a biografia deste militar, ver estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende, presente em: ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*.
- ¹⁴ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, 30 de março de 1780 (AHU-MG, cx. 113, doc. 72 – doc. anexo à representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, de 5 de dezembro de 1778).
- ¹⁵ Carta da rainha de Portugal, 15 de novembro de 1779 (AHU-MG, cx. 113, doc. 72 – doc. anexo à representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, de 5 de dezembro de 1778).
- ¹⁶ Ao que tudo indica, até esta data os governadores não dispunham de mapas gerais da capitania.
- ¹⁷ Um destes mapas gerais, bem como os das quatro comarcas, foi reproduzido em versão fac-similada na obra: ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*.
- ¹⁸ Segundo a historiografia sobre a Inconfidência Mineira, os quadros contendo o número de habitantes das comarcas de Minas (que figuram no relatório preparado por Rocha) teriam sido utilizados por Tiradentes como um instrumento de persuasão: um território de mais de trezentas mil almas bem poderia se tornar uma “república”, um território independente da Metrópole. Cf.: RESENDE. Estudo crítico, p. 24.
- ¹⁹ Com efeito, as duas receitas mais importantes dos concelhos eram proporcionais ao número de estabelecimentos humanos – ou seja, de habitantes – sob seu controle. Trata-se da *renda das aferições* – imposto pago pelos comerciantes pela aferição aos pesos e as medidas – e da *renda das cabeças* – taxa paga por cabeça de boi abatida no interior do termo da vila.
- ²⁰ A este respeito, ver: VASCONCELOS. Questão de limites.
- ²¹ Estas zonas estão indicadas com clareza no “Mapa da conquista do mestre de campo regente chefe da legião Ignacio Correya Pamplona”, publicado em: COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*, p. 184.
- ²² AHU, cx. 89, doc. 28 (1766); cx. 91, doc. 35 (1767).
- ²³ AHU, cx. 63, doc. 69, 22 de dezembro de 1753 (certidão anexa). No imaginário dos colonos, nestes sertões estariam as míticas minas de ouro de Cuieté e Casa da Casca. Sobre as descobertas de Luiz Borges Pinto, ver: TAUNAY. *Relatos sertanistas*.
- ²⁴ AHU, cx. 63, doc. 69, 22 de dezembro de 1753 (certidão anexa); cx. 89, doc. 28 (1766); cx. 91, doc. 35 (1767).
- ²⁵ Sobre o controle do comércio nas Minas setecentistas, ver: CHAVES. *Perfeitos negociantes*, capítulo II.
- ²⁶ Representação dos oficiais da câmara de Vila Nova da Rainha (Caeté), 10 de abril de 1779 (AHU, cx. 114, doc. 33).
- ²⁷ Para outros exemplos, ver: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Ferros”, p. 133; ver, também: AHU, cx. 114, doc. 34.
- ²⁸ AHU, 1779, cx. 114, doc. 35.
- ²⁹ Trata-se do vale do rio Chopotó, afluente da margem direita do rio Doce.

- ³⁰ Carta dos oficiais da câmara de São José ao ouvidor do Rio das Mortes, 10 de outubro de 1761, citada em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 44.
- ³¹ VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 44-45.
- ³² A expedição para a tomada de posse de Tamanduá custou à câmara de São José “duzentos e cinquenta oitavas de ouro”, ou seja, aproximadamente novecentos gramas de ouro (VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 31-32).
- ³³ No mundo português, o procurador do concelho era responsável pelas questões ligadas ao fisco (cuidando dos bens materiais da câmara e das receitas municipais) e também exercia a função de tesoureiro, na ausência deste último (HESPANHA. *As vésperas do Leviatã*, p. 163).
- ³⁴ Desta forma, o padre de Pitangui manteve sob seu poder a capela do arraial de Piuí, até que esta se tornou uma paróquia autônoma, em 1754. Depoimento do capitão-mor Francisco Araújo, citado em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 228-229. Sobre a história de Piuí, ver, ainda: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 258-260.
- ³⁵ Testemunho do capitão-mor Francisco Araújo, citado em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 228-229.
- ³⁶ No século XVI, quando da fundação do Rio de Janeiro, os habitantes percorrem o território com as mãos cheias de “terra, pedra, água e paus e ervas” a fim de demarcar sua posse. Documento citado em: ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 215. Como veremos na terceira parte, a instituição e a demarcação dos *rossios* (terrenos administrados pelas câmaras) obedecia a rituais similares.
- ³⁷ VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 29-32.
- ³⁸ Ver: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 331; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Piraquara”, p. 255.
- ³⁹ Testemunho do capitão-mor Francisco Araújo, citado em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 228-229.
- ⁴⁰ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 229.
- ⁴¹ Inácio Pamplona era habitante do termo da Vila de São José. Como foi referido no segundo capítulo, o comandante foi o fundador da capela do arraial de Bambuí, que ele “dedicou à Santa Ana”. Ver: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbetes “Bambuí” e “Piraquara”, p. 39-41, p. 255.
- ⁴² Conforme vimos na primeira parte, a zona oeste de Minas Gerais era cobiçada por representantes de outras capitanias (em especial, a de Goiás), incluindo autoridades eclesiásticas: nos anos de 1780, o arraial de Bambuí foi reivindicado pelo padre de Paracatu – que tenta anexá-lo ao bispado de Pernambuco – e mais tarde pelo padre de São Domingos de Araxá, que queria inclui-lo a diocese de Goiás (BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 40).
- ⁴³ VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 32.

- ⁴⁴ Em 1718, quando de uma disputa entre as duas vilas, o ouvidor do Rio das Mortes defendeu os interesses de São João del-Rei (VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 24-25). Em 1764, o ouvidor deu parecer favorável à anexação, pela câmara de Vila Rica, de alguns arraiais pertencentes ao território de São José (AHU, cx. 113, doc. 72, 5 de dezembro de 1778).
- ⁴⁵ Carta dos oficiais da Vila de São José, 29 de dezembro de 1770 (AHU, cx. 99, doc. 43).
- ⁴⁶ Carta dos oficiais da Vila de São José, 29 de dezembro de 1770 (AHU, cx. 99, doc. 43).
- ⁴⁷ No final do século XVIII, estas duas municipalidades ainda não haviam conseguido convencer as autoridades metropolitanas da necessidade de um juiz letrado. O Conselho Ultramarino considerava que as duas vilas eram suficientemente próximas de suas respectivas cabeças de comarca (São João del-Rei e Sabará), podendo, assim, recorrer aos ouvidores nos casos em que a justiça fosse mal administrada pelos juizes ordinários. Ver: *RAPM*, XVI, 1911, p. 261.
- ⁴⁸ Carta dos oficiais de São José, 1770 (AHU, cx. 99, doc. 43). Cartas dos oficiais de Vila Nova da Rainha do Caeté, 1779 e 1783 (AHU, cx. 115, doc. 63; AHU, cx. 119, doc. 47).
- ⁴⁹ Em Portugal, os juizes não letrados (juizes ordinários) carregavam uma vara vermelha, enquanto que os juizes de fora se distinguíam pelo porte de uma vara branca.
- ⁵⁰ Carta de 31 de dezembro de 1762 (AHU, cx. 84, doc. 66).
- ⁵¹ Conforme vimos anteriormente, trata-se de duas vilas criadas em 1798, já sob a autoridade de juizes de fora. Retomaremos estes casos no capítulo seguinte.
- ⁵² SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 253-260.
- ⁵³ É o que alegavam os oficiais de São José, ao se queixarem das intervenções do ouvidor da comarca em sua jurisdição (AHU, cx. 99, doc. 43).
- ⁵⁴ AHU, cx. 99, doc. 43.
- ⁵⁵ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 365.
- ⁵⁶ Como no caso de um litígio ocorrido em 1778 envolvendo o juiz do julgado de Campanha, citado em: VALLADÃO. *Campanha da Princeza*, v. I, p. 92.
- ⁵⁷ Carta de 4 de janeiro de 1749, citada em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 32. Em 1789, quando a vila de São Bento do Tamanduá foi criada, São José e Pitangui ainda disputavam diversos distritos da zona do Campo Grande. Os arraiais de Bambuí e Piuí estão entre aqueles que seriam incluídos no termo da nova vila. Ver: *RAPM*, II, 1897, p. 96.
- ⁵⁸ Antonio Stopani chegou a esta mesma conclusão ao analisar o caso da Toscana durante o século XVIII. Ver: STOPANI. *La construction du territoire*, p. 87.
- ⁵⁹ Pelo menos até 1789, quando o arraial obtém sua autonomia e se torna Vila de São Bento do Tamanduá.
- ⁶⁰ Trata-se do arraial do Espírito Santo do Itapecerica (hoje Divinópolis) e de seus arredores.

- ⁶¹ Representação dos oficiais da Vila de Pitangui, de 31 de dezembro de 1775 (AHU, cx. 108, doc. 78).
- ⁶² Representação da câmara de São José, de 30 de dezembro de 1780 (AHU, cx. 108, doc. 78).
- ⁶³ Representação da câmara de São José, de 30 de dezembro de 1780 (AHU, cx. 108, doc. 78).
- ⁶⁴ Representação da câmara de Pitangui, de 31 de dezembro de 1775 (AHU, cx. 108, doc. 78).
- ⁶⁵ Representação de 6 de agosto de 1779 (AHU, cx. 115, doc. 18).
- ⁶⁶ VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 43.
- ⁶⁷ A demarcação foi feita alguns meses antes da expedição de Luís Diogo às zonas sul e sudoeste de Minas Gerais – regiões que, como vimos no capítulo anterior, eram então cobiçadas por autoridades das capitânicas limítrofes.
- ⁶⁸ Bando de 3 de maio de 1764 (AHU, cx. 89, doc. 28; APM, CMM 13, fl. 6). Este documento encontra-se transcrito em: *RAPM*, V, 1900, p. 227-231.
- ⁶⁹ *RAPM*, V, 1900, p. 227-231.
- ⁷⁰ Edital da câmara de Mariana, 1772 (AHCMM, cód. 462, fl. 157 *et seq.*). Carta dos oficiais de São José, 1770 (AHU, cx. 89, doc. 28). Ver, também, os documentos citados por: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 44-47.
- ⁷¹ Bando de 11 de maio de 1774 (AHU, cx. 89, doc. 28).
- ⁷² Também conhecida como Catas Altas de Itaverava (não confundir com o arraial de Catas Altas do Mato Dentro, situado ao norte da Cidade de Mariana).
- ⁷³ AHU, cx. 89, doc. 28.
- ⁷⁴ Bando de 11 de maio de 1774 (AHU, cx. 89, doc. 28).
- ⁷⁵ A câmara de Vila Rica desejava incorporar ao seu território quatro arraiais pertencentes ao termo de São José e à comarca de Rio das Mortes – Itaverava, Carijós, Catas Altas da Noruega e São Gonçalo –, como também o arraial de Rio das Pedras e “toda a paróquia de São Bartolomeu”, que pertenciam ao termo de Sabará e à comarca do Rio das Velhas. Ver a representação da câmara de Vila Rica, de 5 de dezembro de 1778 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁷⁶ Representação da câmara de Vila Rica de 5 de dezembro de 1778 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁷⁷ AHU, cx. 113, doc. 72.
- ⁷⁸ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 178.
- ⁷⁹ “Sobre a derrama lançada em 1772” (*RAPM*, II, 1897, p. 368).
- ⁸⁰ Cartas de Luís Diogo Lobo da Silva à rainha de Portugal, 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸¹ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva à rainha de Portugal, 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸² Carta de Luís Diogo Lobo da Silva à rainha de Portugal, 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸³ Carta de 1779 (AHU, cx. 113, doc. 72).

- ⁸⁴ Carta dos oficiais ao governador da capitania, datada de 13 de novembro de 1790 e incluída no documento intitulado “Cópia dos autos que se fizeram para a criação da Real Vila de Queluz, no Arrayal que foy dos Carijoz...” (APM, FM 981 C, cx. 3 d., p. 17 *et seq.* – catálogo bibliográfico).
- ⁸⁵ Ver a carta da câmara de Vila do Carmo (APM, CMM, cód. 27 – referência documental gentilmente cedida por Maria Verônica Campos).
- ⁸⁶ Parecer de Luís Diogo Lobo da Silva, 1779 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁷ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁸ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁸⁹ O arraial de Rio das Pedras permaneceu sob a jurisdição de Sabará, enquanto que os outros arraiais reivindicados por Vila Rica foram mantidos no termo de São José até a criação da Vila de Queluz. Ver: CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 71-95.
- ⁹⁰ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 184. Tais “merecimentos” associam-se a diversos aspectos, dentre os quais o passado das cidades e as funções (religiosas, administrativas, judiciárias) que exercem, a qualidade de seus habitantes. Retornaremos ao assunto nos próximos capítulos.
- ⁹¹ Carta de 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹² É interessante notar que, quando das reformas territoriais francesas pós-revolucionárias, a ideia de autossustentência aparece, de forma pontual, em um pedido dos deputados de Paris, que pretendiam que o território do departamento – e não o do município (*commune*) de Paris – fosse suficientemente extenso “de forma a prover todas as suas necessidades”. Ver: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 194, nota 8.
- ⁹³ A este respeito, consultar: MAGALHÃES. *O algarve econômico*, p. 239 *et seq.* Sobre o abastecimento dos núcleos urbanos, ver: CHAVES. *Perfeitos negociantes*, p. 65-69, p. 91-101.
- ⁹⁴ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 172.
- ⁹⁵ MAGALHÃES. *O algarve econômico*, p. 251.
- ⁹⁶ Pareceres de 1779 e 1780 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹⁷ Representação dos oficiais da câmara de Vila Rica, 31 de agosto de 1765 (AHU, cx. 113, doc. 72).
- ⁹⁸ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ⁹⁹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 115.
- ¹⁰⁰ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*, p. 172.

CAPÍTULO 6

A EMANCIPAÇÃO DOS ARRAIAIS E A REDEFINIÇÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS

¹ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*.

² Sobre esta questão, consultar: OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*.